

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VIVIAN AP. ANTUNES PASCOAL

**A ABORDAGEM DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL NO CURRÍCULO
ESCOLAR: PERCEPÇÕES QUE FUNDAMENTAM OS PLANEJAMENTOS E A
PRÁTICA DOCENTE DAS PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE
UMA ESCOLA PARTICULAR FILANTRÓPICA DO MUNICÍPIO DE
PONTA GROSSA-PR**

CURITIBA

2016

VIVIAN AP. ANTUNES PASCOAL

**A ABORDAGEM DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL NO CURRÍCULO
ESCOLAR: PERCEPÇÕES QUE FUNDAMENTAM OS PLANEJAMENTOS E A
PRÁTICA DOCENTE DAS PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE
UMA ESCOLA PARTICULAR FILANTRÓPICA DO MUNICÍPIO DE
PONTA GROSSA-PR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Ms. Denize Kaminski Ferreira.

CURITIBA

2016

A ABORDAGEM DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: PERCEPÇÕES QUE FUNDAMENTAM OS PLANEJAMENTOS E A PRÁTICA DOCENTE DAS PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA PARTICULAR FILANTRÓPICA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-PR

Vivian Ap. Antunes Pascoal

RESUMO

O artigo está fundamentado na reflexão acerca do currículo escolar enquanto instrumento transformador da realidade e que tem o professor como comunicador e mediador nesse processo. Trabalhar pela educação significa assumir o compromisso de contribuir para a formação integral das crianças, adolescentes e jovens, a partir da compreensão de seu contexto e de suas necessidades. No que diz respeito às situações de pobreza, entende-se que é direito do indivíduo reconhecer-se pobre dentro de um sistema que historicamente produz e reproduz as desigualdades sociais e favorece o círculo vicioso da pobreza. A forma como os profissionais compreendem e avaliam a pobreza e as desigualdades sociais se reflete diretamente na condução das discussões acerca dessa temática no ambiente escolar, uma vez que a atuação dos professores tende a reproduzir as percepções que eles têm, assim compreende-se que é importante conhecer tais perspectivas para que se possa avaliar a prática educativa da escola e conseqüentemente repensá-la. Por compreender a importância da inserção da pobreza e das desigualdades sociais no currículo escolar, e não somente incluir, mas inclusive fortalecer o processo de construção de concepções fundamentadas na sua desnaturalização, procurou-se analisar junto a professoras da primeira etapa do Ensino Fundamental de uma escola particular filantrópica situada no município de Ponta Grossa - PR, como elas entendem essa relação entre a educação, a pobreza e as desigualdades sociais no currículo escolar e de que forma essa percepção se materializa ou não em sua prática profissional; buscando encontrar resposta para esta questão foi realizada a leitura e a análise dos planejamentos do período que compreende da vigésima até trigésima segunda semana do ano letivo de 2016, concomitante à aplicação de um questionário semiaberto. Evidenciou-se que o currículo da escola não prevê reflexão voltada para a questão da pobreza e desigualdade social, embora haja percepção da importância dessa questão por parte das professoras, as poucas abordagens são realizadas de forma isolada e desvinculada do currículo formal. Entretanto se percebe uma abertura bastante significativa dessas profissionais, o que gera possibilidades de promover discussões qualificadas dentro de um processo de mobilização para repensar o currículo escolar, tendo como facilitador o momento importante que a escola vive de reformulação do seu Projeto Político Pedagógico.

Palavras-chave: Educação, Currículo, Pobreza.

1 INTRODUÇÃO

O espaço escolar compreende um complexo sistema permeado por relações dos mais variados tipos, o que exige o exercício de uma função social, ou seja, além do compromisso de auxiliar o educando em seu processo de construção do conhecimento, a escola precisa também contribuir em sua formação como cidadão conhecedor crítico dos seus direitos e transformador de sua realidade.

Nessa perspectiva, apontamos a pobreza e a desigualdade social como fatores preponderantes no currículo da escola, uma vez que os contextos empobrecidos são muito evidentes na realidade cotidiana.

Por muito tempo se praticou uma educação igual para todos, na qual as percepções, os conceitos e as vivências trazidos pelos educandos eram irrelevantes, assim como suas necessidades e especificidades. Na busca pelo rompimento desse paradigma, muitas escolas trazem para a sua atuação, discussões e formações com a finalidade de compreender as vivências e experiências de seus educandos, fatores estes que ajudam a compreender o sujeito em suas necessidades e tem grande impacto na sua formação e desenvolvimento.

A escola, através dos profissionais que atuam nela, tem a função social de instrumentalizar o seu público-alvo para que compreenda sua situação dentro dessa realidade e tenha condições de refletir sobre ela de forma crítica, sendo capaz de criar suas próprias estratégias para modificá-la.

Nesse processo, os profissionais que atuam na educação tem papel fundamental, uma vez que a sua percepção frente à pobreza e às desigualdades sociais perpassa as discussões e as influencia diretamente. Por isso é importante buscar entender esse contexto com a finalidade de avaliar a prática educativa da escola, tendo especial cuidado com a possibilidade de concepção moralizante da pobreza e hegemônica do conhecimento.

Incorporar no currículo escolar o tema “pobreza”, bem como as relações que a produzem, a forma como se expressa e é compreendida pelos educandos e docentes é de extrema importância no processo de desnaturalização da mesma, uma vez que compreender o processo histórico de produção e reprodução da pobreza nos remete a perceber que ela é resultado de um sistema excludente, sendo assim, precisa ser entendida não como uma condição a que alguns estão e

permanecerão submetidos, mas sim, uma condição que precisa ser superada através de políticas públicas comprometidas com o combate às desigualdades.

A pesquisa proposta surgiu dessa necessidade que consiste em compreender de que forma o currículo escolar está comprometido com a questão da pobreza e das desigualdades sociais e as percepções que perpassam a prática educativa, sabemos que a escola pode tanto ser emancipadora quanto reprodutora das desigualdades e nesse contexto o currículo escolar é um instrumento norteador fundamental na definição desse parâmetro, é preciso entender em que medida ele contempla essa temática e de que forma isso se expressa na prática cotidiana dos professores, se há de fato, uma preocupação com a desnaturalização da pobreza.

2 O CURRÍCULO ESCOLAR: PARA QUE EXISTE?

A proposta de se entender o que é currículo nos remete a Sacristán (2013) que traz a etimologia da palavra: *curriculum*, do latim e com a mesma raiz de *cursus* e *currere*, relativo à carreira, percurso, assumindo em nosso idioma duas dimensões, a do currículo *vitae*, que se refere ao decorrer da vida profissional e a do currículo no sentido dos “conteúdos do percurso”, o que é necessário aprender e de que forma isso deve ser organizado, e é essa segunda dimensão – a do currículo escolar – que pretendemos desvelar.

Segundo Sacristán (2013, p. 17) “o currículo a ensinar é uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade.” Desde sua origem o currículo tem a função de organizar os conteúdos de forma que lhes seja conferido sentido, ou seja, que revelem articulação de modo a evitar a fragmentação do ensino.

Historicamente, o termo currículo foi encontrado em registros do século XVII, sempre relacionado a um projeto de controle do ensino e da aprendizagem, ou seja, da atividade prática da escola. Desde os seus primórdios, currículo envolvia uma associação entre o conceito de ordem e método, caracterizando-se como um instrumento facilitador da administração escolar. (ROCHA, 2014, p. 02).

Sacristán (2013) também expressa a ideia de que o currículo surgiu historicamente como regulador do processo educacional, entendendo que ele delimita e direciona a forma como os conteúdos serão trabalhados, entretanto, atualmente, partindo do pressuposto de que a concepção de educação mudou, a

ideia de currículo escolar também sofreu alterações, ampliou-se, passando a abranger não somente os conteúdos e suas relações, mas também todas as experiências vivenciadas na escola, dentro de uma perspectiva de construção de identidade, tanto da escola, quanto do educando.

O currículo escolar passa então a ser um instrumento norteador que não se constitui de forma verticalizada, permitindo que todos os envolvidos busquem novas possibilidades acerca dele (ARROYO, 2007).

De acordo com o Ministério da Educação (*In* ARROYO, 2007, p. 06), mediante os desafios postos pelas orientações e normas vigentes, não basta apenas organizar os conteúdos: “é preciso olhar de perto a escola, seus sujeitos, suas complexidades e rotinas e fazer as indagações sobre suas condições concretas, sua história, seu retorno e sua organização interna”.

O Ministério da Educação (*In* ARROYO, 2007) pontua ainda que o currículo é uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos, baseada na dinâmica da sociedade e fortemente influenciada por questões culturais, sociais, intelectuais e pedagógicas. Assim podemos entender que o currículo escolar não é algo isolado, ele precisa partir da vivência da educação para incidir na mesma e para tanto necessita incondicionalmente estar em consonância com a realidade e o contexto atual.

A partir desse entendimento de currículo passamos a refletir sobre sua importância, Arroyo (2007) afirma que a sensibilidade para esta questão vem crescendo à medida que se percebe que a organização curricular afeta a organização do trabalho dos profissionais da educação e também o trabalho dos educandos. É certo que o currículo escolar sempre levou em consideração o aluno, entretanto é preciso avaliar com que olhar ele foi contemplado nesse processo, talvez essa seja a maior razão pela qual surgiu a necessidade de se repensar o currículo escolar, pois segundo Arroyo (2007, p. 21) “são os educandos que nos obrigam a rever os currículos”.

É partindo desse pressuposto que abordaremos na sequência a pobreza e as desigualdades sociais no currículo, uma questão pertinente de se discutir no contexto escolar em que vivemos, onde há um enorme contingente de crianças e adolescentes em situação de pobreza e que na maioria das vezes concluem seus processos escolares sem ter a oportunidade de compreender e refletir sobre sua condição.

2 DISCUTIR, REFLETIR E ENFRENTAR A POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS: UM DESAFIO AO REPENSAR O CURRÍCULO ESCOLAR

Arroyo (2015, p. 08) nos coloca a pobreza como resultado de “privações materiais que impossibilitam uma vida digna e justa”. A questão que se coloca é: de que forma a pobreza interfere no espaço escolar a ponto de precisar ser discutida?

O entendimento da pobreza pode incluir diversas percepções, dada a complexidade dessa condição que é multifacetada. Especialmente na educação, existe a forma de ver a pobreza como carência, desprovimento de capacidade intelectual, ou ainda “são carências de conhecimentos, de valores, de hábitos de estudo, de disciplina, de moralidade.” (ARROYO, 2015, p. 08), como forma de atribuir ao sujeito pobre uma incapacidade que lhe torna inferior aos demais. Entretanto, um ponto importante e muitas vezes ignorado são as privações materiais que esse sujeito sofre e que o impossibilita de ter acesso a uma vida digna e justa.

Não dar a devida centralidade à pobreza, como elemento capaz de comprometer as bases materiais do viver humano, tem levado o pensamento social e pedagógico a desconsiderar, em grande medida, as carências materiais que chegam às escolas e a se preocupar prioritariamente com as consequências morais e intelectuais da pobreza. (ARROYO, 2015, p. 09)

Ao reproduzir essa visão moralizante da pobreza incorre-se na questão da culpabilidade, onde se atribui ao indivíduo a responsabilidade pela sua condição, desconsiderando a pobreza como questão política, econômica e social.

Cristina Yannoulas (2013), professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), defende a ideia de que muitos estereótipos são reproduzidos no ambiente escolar e contribuem para a não superação do senso comum em relação à pobreza e ao sujeito pobre. Esses estereótipos reduzem a pobreza a uma questão moral, de valores, atitudes e hábitos, colaborando para a construção de uma visão estreita e fatalista e para que a questão da origem e produção da pobreza permaneça à margem dos currículos escolares.

Por sua vez, os cursos de formação de professores também se abstêm da discussão sobre pobreza, e isso contribui para tornar o assunto superficial ou ainda inexistente nos campos de atuação desses profissionais, ou seja,

As professoras não tiveram contato com a questão social durante a formação profissional, de modo a ajudá-las a compreender a desigualdade social como um problema coletivo que interfere no aprendizado, e não como um problema individual daquele aluno. O senso comum que relaciona pobreza e educação precisa ser revisto. (YANNOULAS, 2013, p. 01)

Segundo a citada professora, “é difícil pensar uma única maneira de resolver o problema da pobreza ou de contornar o preconceito contra o aluno pobre” (YANNOULAS, 2013, p. 01), e é este o desafio que está posto à escola, traçar estratégias para enfrentamento da sua omissão histórica frente à pobreza.

Arroyo (2016) diz que primeiramente é necessário reconhecer que a pobreza existe e que convivemos cotidianamente com ela, especialmente no espaço escolar, o segundo passo consiste na mobilização de gestores, professores e demais profissionais da educação em torno da questão, fortalecendo as discussões e culminando na busca pela construção democrática de subsídios teóricos documentais que nortearão a prática educativa da escola. Entende-se que somente assim é viável considerar possibilidades de se repensar um currículo escolar que contemple a necessidade de fomentar a discussão e compreensão da pobreza e das desigualdades sociais enquanto fatores históricos, socialmente produzidos e complexos, inerentes ao sistema econômico ora instalado.

Arroyo (2011) entende o currículo como um espaço de conflitos e contradições que evidencia muito das concepções e visão de mundo dos profissionais da educação e que, conseqüentemente, influenciam também na formação da visão de mundo dos educandos. O currículo escolar tem um papel fundamental no processo de formação, mas é necessário enfatizar que ele perpassa as crenças e opiniões daqueles que o comunicam, no caso os professores, portanto, de nada adianta um currículo bem fundamentado e organizado, se aquele que irá socializá-lo não esteja alinhado de fato a ele.

Arroyo (2011) ao falar dos movimentos sociais que têm influenciado a identidade e a cultura docente, afirma que esses movimentos têm pressionado por currículos mais afirmativos das identidades coletivas e destaca que:

Pressionam, ainda, para que entrem no território do conhecimento legítimo as experiências e os saberes dessas ações coletivas, para que sejam reconhecidos sujeitos coletivos de memórias, histórias e culturas. Os movimentos sociais trazem indagações e disputas para o campo do currículo e da docência. (ARROYO, 2011, p. 11)

Mas e o que dizer dos grupos que não se traduzem em movimentos sociais, como é o caso dos empobrecidos? Estes não têm uma organização que fale em nome deles e leve seus questionamentos ao campo do currículo escolar e da docência. A discussão sobre pobreza e sua construção sociohistórica, embora aconteça em alguns espaços, não é prática comum, ainda depende da iniciativa docente de abordar e problematizar a questão.

Para entendermos a importância de um currículo escolar que evidencie uma preocupação com a pobreza e a desigualdade social, precisamos ter ciência de que é o currículo que expressa a intencionalidade da instituição no que se refere ao processo de ensino aprendizagem e que ele pode tanto contribuir no enfrentamento da pobreza e da desigualdade social quanto reproduzi-las.

Partindo desse pressuposto, precisamos entender também, que lugar essas crianças e adolescentes ocupam nas escolas, em que medida existe uma real preocupação com a sua situação implícita no trabalho que a instituição desenvolve. A sociedade reproduz de forma clara, a estigmatização da população mais empobrecida.

Quando admitimos um estigma deixamos de considerar uma pessoa como comum e a reduzimos como algo “estragado” ou “menor”. Essa característica faz com que nesse indivíduo esteja alojado um descrédito e quanto mais visível ou perceptível o estigma for, mais ele interfere na relação social de forma negativa. (RODRIGUES, 2015, p.06).

É comum na atual fase que vivemos da educação, se falar no contexto social do educando como sendo um fator de grande impacto nas possibilidades de aprendizagem das crianças e adolescentes. No entanto esse impacto pode ser compreendido em duas dimensões diferentes: quando o contexto social torna-se relevante por ser um espaço gerador de saberes a serem aproveitados no ambiente escolar e traz informações importantes relativas ao educando e suas necessidades; e também quando é entendido como um fator determinante das condições sociais do educando, reforçando o estigma de que ele é naturalmente pobre, intelectualmente inferior e está “condenado” a assim permanecer.

Uma reportagem de Paulo de Camargo, intitulada “Olhares para a pobreza”, publicada no ano de 2011 na Revista Educação, traz dados que refletem a fragilidade do sistema educacional em “olhar” para a questão da pobreza. São dados que dizem, por exemplo, que “as crianças e jovens das classes socioeconômicas

mais baixas estão cerca de um ano atrasados em relação aos colegas.” E ainda mais preocupante:

Entre 84% e 89,2% dos professores acham que os problemas de aprendizagem decorrem do desinteresse e da falta de esforço do aluno, sendo que 80% os creditam ao 'meio em que o aluno vive'. Essas crianças, que vêm de famílias com problemas acumulados, chegam à escola com a estima ainda mais pressionada, e tendem a ser mais frágeis diante da previsão de seu fracasso. Depois de sucessivas dificuldades, elas passam a acreditar que são incapazes (CAMARGO, 2011, p. 01).

Diante disso, é impossível não considerar que a percepção que os educadores têm dos educandos é fundamental na definição de um currículo escolar democrático e equitativo, que tenha condições de direcionar ações de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social. “Para concretizar uma educação de qualidade para todos e lutar contra a pobreza, os currículos devem ter mais pertinência e permitir o aumento de equidade entre os educandos.” (UNESCO, 2005, p. 02).

O documento elaborado pela UNESCO (2005) aponta algumas possibilidades que levam a entender que um currículo não considera a questão da pobreza e desigualdade social: quando não se correlaciona com as necessidades da comunidade educativa ou é elitista, favorecendo que muitos desistam no meio do percurso e quando há falta de articulação entre teoria e prática, o que contribui para que o alunado não se aproprie dos conhecimentos adequados para a evolução da aprendizagem.

Da mesma forma, o documento cita fatores para-curriculares que também podem interferir nesse processo: forma de avaliação que não condiz com o currículo, quando este favorece uma abordagem por objetivos ou competências; formação insuficiente ou inadequada de professores; falta de articulação entre família e escola e ausência de materiais pedagógicos pertinentes (UNESCO, 2005). Ou seja, não se pode conceber o currículo escolar dissociado dos demais elementos que permeiam a comunidade educativa, pois é esse conjunto, quando harmonioso, que materializa uma prática educativa coerente, consistente, democrática e efetiva.

Como já mencionado, são diversos os elementos importantes para o fortalecimento do currículo escolar na prática de discussão e enfrentamento à pobreza e desigualdade social, mas na pesquisa empírica realizada, destaca-se a visão e percepção dos professores em relação à temática, enquanto fator

fundamental na operacionalização de uma prática educativa comprometida com a questão.

Camargo (2011) afirma ainda que é necessário focar na formação dos professores, uma vez que eles não recebem nas faculdades, subsídios para trabalhar com essas realidades. As iniciativas para enfrentamento da pobreza, através da educação, precisam necessariamente de um olhar diferenciado por parte do professor.

Diante do exposto, considera-se que o professor tem papel fundamental no fortalecimento do currículo escolar para a desnaturalização da pobreza e contextualização histórica das desigualdades sociais, lhe cabendo ainda o essencial: tornar isso uma realidade na sua prática docente.

3 METODOLOGIA

O estudo em questão apresenta-se em forma de pesquisa qualitativa, a qual segundo Minayo (1993, p. 21) “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, tal opção se dá devido à busca pelo entendimento de percepções, as quais perpassam a subjetividade e, portanto, não são quantificáveis.

Foram definidos dois métodos de operacionalização da pesquisa: a leitura e análise dos planejamentos das professoras do Ensino Fundamental I de uma escola particular filantrópica situada no município de Ponta Grossa-PR, relativos ao período compreendido entre a vigésima e a trigésima segunda semana do ano letivo de 2016 (instrumentos apresentados semanalmente), buscando elementos que caracterizassem uma preocupação em discutir a produção social e histórica da pobreza e as relações de poder, de modo a promover a desnaturalização da pobreza, procurando saber se há uma sintonia com o currículo da escola; e a aplicação de um questionário semiaberto¹, com o intuito de captar as reflexões mais subjetivas realizadas pelas profissionais e relacioná-las ao conteúdo dos planejamentos, esse instrumento, segundo Gil (2008, p.121):

¹O questionário semiaberto aplicado possuía uma pequena nota explicativa quanto à natureza da pesquisa, além de assegurar que as informações coletadas seriam tratadas com sigilo absoluto, sendo garantido o anonimato dos participantes. O referido instrumento continha nove perguntas norteadoras, sendo três questões abertas (de resposta livre) e seis semiabertas (múltipla escolha com justificativa).

pode ser definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores.

O acesso aos documentos de planejamento ocorreu mediante permissão da coordenação pedagógica, estando disponíveis no aplicativo *one drive*. A coordenação educacional e a direção da escola também colaboraram no processo, mediante cessão de espaço e apoio logístico, ambas sempre se mostraram muito abertas a contribuir por entender a importância da pesquisa para futuras intervenções junto ao corpo docente.

O questionário foi entregue a 10 professoras regentes de turma do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), 01 educadora especial, 01 professora substituta, 01 professora de educação física e 01 professora de musicalização, ao final da reunião pedagógica semanal e com breve contextualização do assunto a ser pesquisado. Tais instrumentos foram sendo devolvidos ao longo de 12 dias, sendo que foram analisados apenas os seis entregues dentro desse período, a análise se deu conforme segue.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando a análise dos planejamentos realizados pelas professoras no período mencionado, não foram identificados elementos que caracterizassem a abordagem da pobreza, nem que ao menos a relacionasse com algum dos conteúdos elencados para serem trabalhados com os educandos. Os instrumentos são bem organizados e discutidos entre coordenação e professoras e é possível perceber o esforço coletivo em contextualizar as atividades, todavia ainda falta um olhar que contemple a condição subalternizada e direcione as ações no sentido de abrir a discussão e trazer elementos que contribuam para a desnaturalização da pobreza, vivenciando o que nos afirma o Ministério da Educação (*In* ARROYO, 2007) de que é preciso olhar de perto não somente a escola e sua rotina, mas também os sujeitos que fazem parte dela, fazendo indagações sobre suas condições concretas, sua história, seu retorno e sua organização interna.

É importante ressaltar que o que se pretende não é despender críticas ao trabalho das professoras, muito pelo contrário, a proposta é despertar reflexões acerca de algo que é de extrema importância (a pobreza e as desigualdades sociais

no currículo escolar), na busca por uma educação democrática e equitativa capaz de atingir de fato a todos em suas especificidades.

Com o objetivo de garantir o anonimato das participantes, as mesmas serão identificadas como P1, P2, P3, P4, P5 e P6 em ordem crescente conforme a série em que atuam (P1 – 2º ano; P2 e P3 – 3º ano; P4 – 4º ano; P5 e P6 – 5º ano).

De acordo com os dados coletados, dentre as seis professoras que responderam o questionário, todas possuem formação em nível superior – curso de Pedagogia, sendo que uma delas relatou que possui especialização, o tempo de trabalho delas na Instituição varia entre um ano e oito meses a cinco anos e cinco meses. Elas descrevem, em sua totalidade, que atuam em turmas heterogêneas no que se refere à condição socioeconômica, porém elas apontam que há algumas situações de vulnerabilidade econômica mais severas. Chama a atenção a fala da P4:

A maior parte da turma tem uma situação econômica boa, sendo que dois educandos são mais carentes e apresentam dificuldade na aprendizagem.

Percebe-se claramente na resposta da professora a associação da pobreza à dificuldade de aprendizagem. Isso nos remete a refletir sobre o estigma culturalmente cultivado de que o indivíduo pobre tem dificuldades para aprender, retomando o que nos fala Rodrigues (2015), de que o estigma torna a pessoa “menor”, depositando nela um descrédito, e à medida que este estigma seja mais perceptível tende a interferir de forma negativa nas relações.

É claro que não podemos desconsiderar que os fatores relacionados à pobreza (alimentação e habitação precárias, por exemplo) impactam no processo de ensino aprendizagem, entretanto é preciso tomar cuidado ao relacioná-los diretamente às dificuldades de aprendizagem, evitando entendimentos errôneos de que o indivíduo “não aprende porque é pobre”, os quais reforçam os estigmas e naturalizam a pobreza, uma vez que, conforme pondera Yannoulas (2013), o senso comum relacionado à pobreza e educação precisa ser revisto.

A P5 associa a pobreza unicamente à condição socioeconômica, enquanto que as demais trazem elementos como ausência de qualidade de vida e de dignidade (P2, P3 e P6) e ainda, privação das necessidades básicas (P4) e falta de acesso aos serviços essenciais (P1).

A marginalização, no sentido de “estar à margem da sociedade”, também aparece nas falas das Professoras P1, P2, P3 e a P2 ainda trouxe o fato de que a pobreza impossibilita o indivíduo de emancipar-se econômica e socialmente.

Percebe-se na fala das professoras participantes, elementos bastante importantes quando se pretende definir pobreza, elas se aproximam do que Arroyo (2016) diz quando associa pobreza à ausência de condições materiais para ter acesso a uma vida digna e justa, o que evidencia o entendimento de que a pobreza é um fenômeno multifacetado, extrapolando tão somente a condição socioeconômica.

Quando o questionamento se refere à interferência da pobreza no desenvolvimento e aprendizagem, 100% das participantes responderam afirmativamente que acreditam que a pobreza afeta o desenvolvimento, a aprendizagem e as relações, foi grande a associação com fatores biológicos (83,2%), afirmando que a deficiência ou falta de alimentação prejudica a atenção e também apontando esse mesmo problema na gestação da mãe, o que segundo elas (P3, P4) afeta o desenvolvimento do bebê.

A P4 aponta a discriminação de forma subjetiva, exemplificando com uma situação em que pela falta de higiene uma criança poderia ter sua autoestima reduzida, podendo ser excluído pelos colegas e até mesmo sentir-se inferior. Isso tudo reforça aquilo que Yannoulas (2013) afirma com relação aos estereótipos reproduzidos no ambiente escolar. Na verdade, pouco se reflete a respeito do sistema que produz e reproduz a pobreza, e isso não somente nos coletivos de sala de aula, mas individualmente também, o enfoque se reduz às consequências que a pobreza acarreta e limita o olhar somente para a capacidade que o indivíduo tem ou não de assimilar conhecimentos.

Ao serem questionadas se consideram o contexto socioeconômico de seus educandos nos planejamentos, 33,3% das professoras participantes responderam que consideram parcialmente, sendo que uma justificou que apenas considera o ambiente e condições de realização de tarefas (P1) e outra disse que aborda a questão através de exemplos nas explicações de conteúdos (P5), as demais que representam 66,6% responderam de forma afirmativa, porém apresentando diferentes olhares para a questão:

P2 – respeito o repertório da turma, proponho trabalhos dentro das suas possibilidades econômicas e sociais.

P3 – eu procuro verificar a relação dos conteúdos a serem trabalhados com o meio em que vivem, problematizando as situações do bairro e buscando com eles as melhorias e superações a serem tomadas.

P4 – na hora do planejamento penso na realidade, no contexto de cada um de modo que isso possa auxiliar no desenvolvimento dos mesmos.

P6 – trazendo recursos pedagógicos variados para sala de aula, recursos que não tem acesso: passeio, vídeos, jogos, atividades no computador.

Esses olhares divergentes pode-se entender que são resultado da deficiência na formação dos professores, no que se refere ao entendimento acerca da relação estabelecida entre pobreza e educação, apontada tanto por Camargo (2011) quanto por Yannoulas (2013). Camargo (2011) fala que os professores não recebem nas faculdades, subsídios para trabalhar com essas realidades empobrecidas. Ademais as iniciativas para enfrentamento da pobreza, através da educação, precisam necessariamente de um olhar diferenciado por parte do professor e Yannoulas (2013) afirma que eles não tiveram contato com as questões sociais em sua formação, o que poderia auxiliá-los no entendimento das desigualdades enquanto um problema coletivo que interfere no aprendizado, e não simplesmente individual; isso se transforma em um desafio para as escolas em que esses profissionais atuam, uma alternativa na busca por superar essa dificuldade seria a promoção de formações contínuas cada vez mais voltadas para as questões sociais, direitos humanos e desnaturalização da pobreza.

Todas as professoras afirmaram que possuem expectativa positiva em relação ao impacto que a formação educacional terá no futuro de seus educandos, encontrando respaldo em sua prática e na prática educativa da escola, a qual consideram que é emancipatória (P2 e P6), forma para a cidadania (P3), estimula a criticidade (P2, P4 e P5) e garante direitos (P1).

A prática educativa da escola está intimamente ligada ao currículo escolar, partindo do que nos afirma o Ministério da Educação (2007) de que o currículo é a construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos, baseada na dinâmica da sociedade e fortemente influenciada por

questões culturais, sociais, intelectuais e pedagógicas, é possível compreender que o currículo escolar emerge da realidade para incidir na mesma e assim sendo precisa estar em sintonia com as especificidades e necessidades do público que atende. Portanto, se temos uma escola emancipadora, que forma cidadãos, estimulando sua criticidade e garantindo seus direitos, subentende-se que temos um alunado que carece desse tipo de formação. Então porque não incluir as discussões sobre pobreza no currículo escolar e planejamentos formais? Considerando que é também um direito do sujeito reconhecer-se pobre e compreender a origem histórica da pobreza e da reprodução das desigualdades sociais e entendendo que uma educação de qualidade pautada na luta contra a pobreza precisa necessariamente contar com currículos mais pertinentes e equitativos entre os alunos (UNESCO, 2005).

Apenas P2 e P4 afirmam que já falaram com seus educandos sobre a origem da pobreza, sendo que a primeira relata que utiliza como estratégia falar sobre os direitos fundamentais e o porquê de existirem pessoas morando nas ruas; a segunda, fala que está trabalhando desigualdades sociais com seus educandos. Os relatos não deixam claro a problematização da questão da pobreza, portanto não foi possível perceber objetivamente de que forma essa discussão se dá. As demais professoras que afirmaram nunca terem trabalhado esse tema, apontaram algumas situações possíveis de abordagem: acesso a direitos essenciais, como água encanada, coleta seletiva (P1); motivo das diferenças sociais e formas de minimizá-las (P3); condições de pobreza (P6). As participantes P5 e P6 justificam que a problemática nunca surgiu em sua turma, a primeira informa que há possibilidade da temática pobreza ser trabalhada na sequência através de um projeto que está sendo desenvolvido com os educandos, que aborda as desigualdades socioeconômicas, lutas de classes sociais marginalizadas e exclusão social, porém não relata se o projeto é próprio, a ser aplicado apenas com a sua turma ou é para ser trabalhado em toda a escola.

Arroyo (2011) afirma que o currículo escolar é um espaço de conflitos e contradições que evidencia muito das concepções e visão de mundo dos profissionais da educação e conseqüentemente influenciam também na formação da visão de mundo dos educandos. Sabe-se que a abordagem da pobreza, bem como o enfrentamento da mesma, não é prática comum nas instituições escolares, ainda depende da iniciativa docente de abordar e problematizar a questão, no entanto isso

não deve ocorrer de forma isolada através de ações fragmentadas e desconexas entre si, precisa estar organizada no currículo da escola, uma vez que é ele que expressa a intencionalidade da instituição, no que se refere ao processo de ensino aprendizagem, não esquecendo que este pode tanto contribuir no enfrentamento da pobreza e da desigualdade social quanto reproduzi-las.

É muito importante valorizar o que os educandos trazem como tema a ser discutido, entretanto, pobreza e desigualdade social são temas velados, pouco discutidos e assim sendo, dificilmente serão abordados pelos alunos, cabe à escola apropriar-se da discussão e levá-la ao seu público, buscando sempre uma prática emancipadora, que além oportunizar conhecimentos sobre a realidade que permeia a pobreza e as desigualdades sociais, cria estratégias para enfrentamento das mesmas.

Das participantes da pesquisa, 100% julgam importante discutir a pobreza no espaço escolar, apontando os seguintes temas transversais para auxiliar na abordagem: motivos das desigualdades sociais e capitalismo (P1); pobreza como resultados das relações sociais e de poder (P2); fatores que contribuem no surgimento das desigualdades socioeconômicas, significado da pobreza e funcionamento dos sistemas de governo (P5); distribuição desigual da riqueza nacional e luta por direitos iguais (P6). Porém, P3 e P4 em uma interpretação diferente, falaram sobre a importância da discussão para tornar os educandos agentes transformadores da realidade.

Além de reconhecer que a pobreza existe e adentra o espaço escolar, como nos afirma Arroyo (2016), é essencial também entender a importância de trazer tal discussão para esse espaço, percebe-se que as professoras apresentam essa compreensão e apontam temas extremamente relevantes para auxiliar nesse processo e isso é bastante positivo, uma vez que é perceptível que haverá abertura perante mobilizações e formações que possam vir a acontecer na escola.

Como última questão, foi solicitado às professoras que descrevessem como viam a relação entre pobreza e currículo e qual o papel do professor nesse contexto. Segue a transcrição das respostas obtidas:

P1 – Penso que o principal papel do educador é promover a garantia de direitos. Quanto ao currículo, este deve contemplar a diversidade.

P2 – O currículo é flexível, sendo assim, o papel do professor está em articular os conhecimentos dos educandos com suas

necessidades, potencialidades. Nas suas práticas pedagógicas e no espaço-tempo da escola.

P3 – O currículo precisa estar ligado ao meio em que a escola está inserida, instrumentalizando o professor em sala de aula. E o professor é a ponte dessa relação da pobreza e currículo, elencando aos planejamentos e ao contexto das crianças.

P4 – Não tem como a questão da pobreza e da desigualdade social estar fora do currículo se queremos que nossos educandos transformem nossa realidade. O educador deve ser o mediador de tudo isso.

P5 – Essa relação está mais presente ainda nas unidades sociais e deve ser levada em conta pelos educadores nos seus planejamentos para que ocorra uma emancipação social, para que contribua com o desenvolvimento do educando em todas as esferas, tornando-o um cidadão ativo que luta por seus direitos.

P6 – Há grande importância de se relacionar currículo e pobreza, principalmente em nosso contexto, na busca de um currículo e ensino contextualizado.

Todas as professoras sinalizam a importância do currículo escolar considerar a pobreza e as desigualdades sociais e relacionam isso com a busca da garantia de direitos (P1), prioridade em articular o conhecimento às necessidades e potencialidades dos educandos (P2), ensino contextualizado (P3 e P6) e emancipação social (P5), o que mostra-se efetivamente contraditório, visto que os planejamentos analisados não contemplam discussões em torno das temáticas mencionadas.

Entende-se que ao afirmar que tal discussão é importante no processo de ensino aprendizagem, torna-se indispensável que o professor realize seus planejamentos de aula, tendo em mente as estratégias necessárias para a abordagem da pobreza e desigualdade social, e também para o enfrentamento das mesmas, de modo a qualificar o processo de ensino aprendizagem promovendo a contextualização histórica e desnaturalização da pobreza. Entretanto, essa prática não pode ocorrer de forma individualizada e isolada, como ocorre na atuação das professoras participantes (conforme o que foi descrito nas respostas do questionário aplicado), precisa estar pautada no currículo escolar e materializada nas atividades em sala de aula.

Reconhecer essa importante relação entre currículo, pobreza e desigualdades sociais fortalece a prática educativa e aliada a formações que

oportunizem o aprofundamento do tema e instrumentalizem os professores, constitui-se em elemento fundamental para que se tenha uma escola verdadeiramente emancipadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas na política de educação têm contribuído, e muito, para tornar os espaços escolares mais reflexivos, tanto no que se refere ao contexto social e político, quanto no que diz respeito às suas próprias práticas. Abordar a pobreza e as desigualdades sociais está longe de ser algo comum nas escolas, as percepções ainda são muito influenciadas por uma visão fatalista, pautada na meritocracia que tende a culpabilizar o indivíduo por sua condição marginalizada.

A formação dos professores não contempla as questões sociais e, conseqüentemente, os profissionais não se apropriam dos conhecimentos necessários para tornar o processo de ensino aprendizagem um espaço onde se promova a desnaturalização da pobreza e das desigualdades sociais.

O estudo realizado apresenta a fragilidade da instituição escolar pesquisada em definir um currículo que se preocupe com essas questões, o que poderia nortear práticas de enfrentamento às mesmas, no entanto sabe-se que isso se repete em muitos outros espaços, mas é preciso considerar que quando há um reconhecimento da importância dessa discussão, respaldada por uma gestão preocupada em potencializar a formação continuada de seus professores e conseqüentemente a de seus educandos, o processo se torna viável, trazendo possibilidades de se construir conhecimentos contextualizados e significativos e assim formar cidadãos críticos, conscientes de que a pobreza e as desigualdades sociais não são simplesmente condições a que algumas pessoas se submetem, mas sim, resultado histórico de um sistema que produz e reproduz a exclusão e não oportuniza o rompimento desse ciclo.

A escola e os professores tem um papel fundamental na desnaturalização da pobreza e das desigualdades sociais, mas para que isso aconteça é preciso superar o senso comum e as práticas individualizadas, para além dos discursos, e isso só se torna possível quando a escola oportuniza formações com essa finalidade, mobilizando, criando espaço de discussões e orientando seus profissionais no alinhamento de suas práticas.

Percebe-se que a escola, espaço de atuação das professoras participantes da pesquisa, passa por um momento importante de democratização dos processos, reestruturação do seu Projeto Político Pedagógico e construção do seu plano de formação contínua, o que entendemos ser um contexto propício para repensar o currículo, fortalecer a discussão da pobreza e das desigualdades sociais, tornando a prática educativa um relevante instrumento de desnaturalização e enfrentamento dessas questões.

A pesquisa realizada, mesmo sendo um estudo qualitativo que não permite generalização de dados, pode contribuir, ou pelo menos permitir uma mobilização inicial das discussões em torno das temáticas relacionadas à pobreza, desigualdade social e educação. As reflexões despertadas são fundamentais para compreender as percepções das professoras e isso permite promover formações condizentes com as necessidades ora apresentadas e para que possam futuramente realizar intervenções adequadas, rompendo com paradigmas e estereótipos, demonstrando verdadeiro comprometimento educacional com a superação da pobreza e das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Indagações sobre currículo: Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo**; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. **Pobreza e Currículo**: uma complexa relação. Módulo Introdutório do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Brasília: 2015.

CAMARGO, Paulo de. **Olhares para a Pobreza**. Texto 70, Revista Educação, Agosto de 2011. Disponível em <http://www.revistaeducacao.com.br/olhares-para-a-pobreza/> Acesso em 29/04/2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6ª Ed, São Paulo: Atlas S.A., 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social, teoria método e criatividade**. Editora Vozes, 1993.

PACHECO, José Augusto. **Políticas Curriculares: referenciais para análise**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROCHA, Arlindo Nascimento. **Uma Visão Histórica da Evolução do Conceito de Currículo Escolar**. Portal Webartigos, 2014. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/curriculo-escolar-uma-visao-historica-daevolucao-do-conceito-de-curriculo-escolar/123546/>. Acesso em 23/09/2016.

RODRIGUES, Danielle. **Ensinar a temática "Desigualdades Sociais" para classes sociais distintas: estratégias de desnaturalização**. Núcleo de Pesquisa em ensino de Sociologia .I Seminário de Ciências Sociais e Educação Básica: O Sentido das Ciências Sociais na Educação Básica, 2015, 18p. Disponível em <http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/cienciassociais/article/view/395/333>. Acesso em 29/04/2016.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

UNESCO. **Como poderia o currículo contribuir melhor para a luta contra a pobreza?** Revista "Information et Innovation en Éducation" – Número 119-120 – Abril – Agosto 2005. Disponível em: http://www.ibe.unesco.org/poverty/poverty_docs/Port/Artigo_Revista_Innovation.pdf Acesso em 29/04/2016.

YANNOULAS, Cristina. **'Relação entre pobreza e aprendizado escolar deve ser revista', defende pesquisadora da UnB**. Revista online: Notícias da UFMG, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/028207.shtml> Acesso em 20/10/2016.

APÊNDICE - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS QUESTIONÁRIO



Curso de Especialização
**Educação, Pobreza e
Desigualdade Social**



Prezada Professora,

Este questionário tem como objetivo coletar dados para fundamentar a pesquisa: **"A abordagem da Pobreza e Desigualdade Social no currículo escolar: percepções que fundamentam os planejamentos e a prática docente das Professoras do Ensino Fundamental I de uma escola particular filantrópica do município de Ponta Grossa-Pr"**, do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social da Universidade Federal do Paraná.

Agradeço antecipadamente sua colaboração e esclareço que as informações prestadas serão tratadas com sigilo absoluto, sendo resguardada a identidade das profissionais responsáveis por eventuais declarações que sejam transcritas na pesquisa.

Vivian Ap. A. Pascoal

Formação: _____

Série em que atua: _____ Tempo de trabalho na Instituição: _____

1. Na sua concepção, o que define ou caracteriza uma pessoa pobre?

2. Na sua opinião, a pobreza afeta o desenvolvimento, a aprendizagem e as relações no espaço escolar?

() sim () não

De que forma? _____

3. Como você descreve a sua turma, considerando aspectos sociais e econômicos?

4. Você considera o contexto social e econômico dos educandos em seus planejamentos?

() Sim () Não () Parcialmente

Exemplifique.

5. Que expectativas você tem em relação ao impacto que a formação (educacional) dos seus educandos terá no futuro deles?

() Positiva () Negativa

Por quê?

6. Em algum momento você falou com seus educandos sobre a origem da Pobreza?

() sim () não

Em caso afirmativo, conte como fez a abordagem.

Em caso negativo, relate possíveis justificativas.

7. Você já vivenciou alguma situação de discriminação de ordem socioeconômica?

() sim () não

Em caso afirmativo, comente como foram as intervenções.

8. Na sua opinião, é importante discutir sobre Pobreza no espaço escolar? () sim () Não

Em caso afirmativo, defina pontos que você considera importantes para abordar a questão da pobreza com seus educandos.

Em caso negativo, justifique o motivo para a não abordagem da temática.

9. Descreva como você vê a relação entre pobreza e currículo e qual o papel do Professor nesse contexto.
